



CARTILHA DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO SUL: HISTÓRICO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO







CARTILHA DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO SUL: HISTÓRICO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

PROJETO SISTEMATIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS E CAPACITAÇÃO
PARA A GESTÃO DE FUNDOS SOLIDÁRIOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL
E A SUA ARTICULAÇÃO EM REDE ESTADUAL, REGIONAL E NACIONAL.

Convênio: 749630/2010
SENAES/MTE - CAMP

BRASIL | 2015

EXPEDIENTE

CAMP

Conselho Diretivo

Bernadete Maria Konzen
Helena Bins Ely
Jairo Santos Silva Carneiro
Mauri José Vieira Cruz

Secretária Executiva

Daniela Tolfo

Coordenador da Equipe Pedagógica:

João Werlang

Produção:

Talita Jabs Eger
Elisiane de Fátima Jahn

Elaboração:

Talita Jabs Eger, Elisiane de Fátima Jahn, Jalmar
Mai, José Tadeu Leal Peixoto, Ivanio Dickmann e Ivo
Dickmann

Equipe Executiva do Projeto Fundos Solidário:

Beatriz Gonçalves Pereira, Elisiane Jahn, William Leffeu,
Regina Piovesan e Talita Jabs Eger.

Arquivo Fotográfico:

Acervo Projeto Fundos Solidários
Acervo CAMP
Acervo COOHABRAS

Projeto Gráfico e Diagramação:

Gráfica e Editora Relampágo

Revisão textual:

Gaia Assessoria Linguística

Secretaria Nacional de Economia Solidária

Esplanada dos Ministérios | Bloco F | 3º andar | Sala 331 | Brasília-DF | CEP: 70056-900

Ministério do Trabalho e Emprego

Esplanada dos Ministérios | Bloco F | Brasília-DF | CEP: 70056-900

CAMP

Praça Parobé, 130 | 9º andar | Porto Alegre-RS | CEP: 90030-170

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C397c Centro de Assessoria Multiprofissional

Cartilha dos fundos solidários da Região Sul: histórico, organização e gestão / Centro de Assessoria Multiprofissional. - Porto Alegre: CAMP, 2015.

47 f. : il.

1. Fundo solidário. 2. Economia solidária. 3. Políticas públicas.
4. Cooperativas de crédito solidário. 5. Cooperativismo habitacional autogestionário. I. Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP.
- II. Título.

CDU 334

Bibliotecária Responsável: Caroline Silveira Sarmento – CRB10/2240

2015

Esta publicação é financiada com recursos públicos.
Distribuição gratuita. Proibida a venda.
Tiragem de 1.000. Impresso no Brasil.

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido para uso não comercial por organizações da sociedade civil e por instituições públicas desde que haja autorização das instituições promotoras, parceiras e apoiadoras.

APRESENTAÇÃO	07
INTRODUÇÃO	09
A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL: PRÁTICAS DE AUTOGESTÃO E EMPODERAMENTO POPULAR.....	12
VAMOS CONHECER ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA?...	15
ALGUNS EXEMPLOS DAS PRÁTICAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:	16
INSTRUMENTOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS PRESENTES NA REGIÃO SUL DO BRASIL	18
COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIO NO SUL DO BRASIL.....	22
PORQUE CONSTITUIR UMA COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIO?.....	24
COPERATIVISMO HABITACIONAL AUTOGESTIONÁRIO E OS FUNDOS SOLIDÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DA COOHABRAS	28
UM POUCO DE HISTÓRIA.....	29
O PASSO A PASSO.....	29
A COOHABRAS E A EXPANSÃO NACIONAL.....	31
POUPANÇA COLETIVA/FUNDO SOLIDÁRIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	32
FUNDOS SOLIDÁRIOS: ASPECTOS HISTÓRICOS	34
FUNDOS SOLIDÁRIOS NA REGIÃO SUL.....	38
MAS QUAL A DIFERENÇA ENTRE UM FUNDO SOLIDÁRIO DE FOMENTO E UM FUNDO SOLIDÁRIO DE BASE?	40
FUNDOS SOLIDÁRIOS DE FOMENTO	41
FUNDOS SOLIDÁRIOS DE BASE OU COMUNITÁRIOS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46



APRESENTAÇÃO

Que trabalhadora não sonhou com um mundo novo. Que trabalhador, em sua labuta diária, não imaginou uma sociedade mais justa e igualitária, onde o fruto do trabalho se converta em qualidade de vida para todos e todas. Os sonhos nos movem, todos os dias e o fazer diário pode estar semeando uma nova sociedade.

Somos daqueles que creem que a classe trabalhadora brasileira tem um projeto e que este projeto vem se consolidando a cada ciclo histórico. Nesta longa caminhada, as experiências de autogestão proporcionadas pela Economia Solidária são um momento ímpar. Permitem a vivência de uma nova forma de economia. Um novo tipo de relação dos seres humanos com a natureza.

Você descobrirá, neste material, a dureza da vida quando sob o controle do capitalismo que gera desigualdade, injustiça e morte. Mas também conhecerá experiências de pessoas, como tu, que fazem do seu dia-a-dia um processo contínuo de construção de uma sociedade mais justa.

É uma das formas de autogestão são os Fundos Solidários. Instrumento de cooperação e de apoio mútuo, onde aqueles que têm contribuem para a melhoria das condições de trabalho daqueles que estão iniciando ou retomando suas trajetórias de autonomia e organização.

Agradecemos o apoio do Governo Federal, através da Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES - que proporcionou as condições para a realização deste trabalho. Do apoio e incentivo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária presentes na região Sul e, em especial, das trabalhadoras e trabalhadores das experiências aqui relatadas que se dispuseram em compartilhar seu saber e sua práxis.

Boa leitura, e bom trabalho à todas e todos.

Mauri Cruz

Membro do Conselho Diretor do CAMP





INTRODUÇÃO

O Brasil, país dos contrastes sociais, encontra-se entre as nações mais desiguais do mundo ao mesmo tempo em que, curiosamente, figura entre as 10 economias mais ricas. A desigualdade, nesse contexto, pode ser ilustrada pela elevada concentração de renda por uma parcela mínima da população e se manifesta de maneiras distintas nas áreas urbanas e rurais do país.

No espaço urbano, onde se encontra uma parte expressiva da população empobrecida, as pessoas habitam em condições inadequadas, sem ou com acesso precário no que se refere moradia, infraestrutura, serviços e ações públicas, educação, saúde, transporte, trabalho, lazer, cultura, esportes, documentação, segurança etc. No que diz respeito ao trabalho, uma parcela significativa encontra-se desempregada ou no mercado informal, sem garantias mínimas de proteção e seguridade. Estima-se que ainda hoje cerca de um bilhão de pessoas no mundo vivam em condição de desemprego ou precariamente inseridos no mercado de trabalho. Numericamente, isso significa que 200 milhões de pessoas estão sem trabalho enquanto outras 800 milhões

estão exercendo atividades laborais à margem da legislação trabalhista, dos direitos e das normas de segurança (OIT, 2006).

No espaço agrário, convivem, de um lado, um pequeno número de grandes proprietários(os) de terra e, de outro, milhões de pequenos(as) produtores(as), de sem-terra e de trabalhadores(as) rurais que vivem de modo igualmente precário. O trabalho no campo, para aqueles que possuem pequenas propriedades, pode se tornar árduo, desanimador, insustentável e perigoso quando os(as) produtores(as) se veem obrigados(as) a aceitar o pacote tecnológico, com sementes híbridas e transgênicas, e os “agrovenenos”¹ (venenos e adubos químicos). O produtor precisa gastar cada vez mais com os insumos (o que inclui despesas e investimentos necessários à produção, como sementes, máquinas e produtos químicos) que, a cada ano, ficam mais sofisticados e mais caros. O investimento necessário, no entanto, só é viável para as grandes propriedades. Além disso, os(as) trabalhadores(as) do campo veem a agricultura familiar tradicional e ambientalmente sustentável sendo colapsada pela prática da monocultura (cultura agrícola de apenas um

¹ Termo utilizado para salientar que os chamados agrotóxicos são produtos que não apenas intoxicam, mas que causam problemas de saúde aos(as) agricultores(as) e ao solo, matando diversos organismos vivos

único tipo de produto, como a soja, por exemplo). Nesse contexto, a segurança alimentar, a soberania econômica, a biodiversidade e a disponibilidade de recursos naturais, como a água, por exemplo, tornam-se aspectos vulneráveis e vulnerabilizantes.

Apesar das bruscas mudanças observadas nos últimos anos, com o aumento da oferta de empregos formais, a expansão da cobertura dos benefícios monetários (como, por exemplo, os previdenciários, os benefícios assistenciais e os programas de transferência de renda), a expansão da cobertura do Sistema Brasileiro de Proteção Social (previdência social, assistência social, saúde etc.) e do crescimento do crédito subsidiado destinado à agricultura familiar (PRONAF, por exemplo), muitas pessoas ainda encontram dificuldades de sobrevivência. Essas dificuldades, por vezes, acionam a solidariedade de parentes, vizinhos e pessoas da comunidade. E pode se concretizar de muitas maneiras, seja através da divisão da água, a divisão da carne com os vizinhos, o mutirão para construções, plantações, cisternas, empréstimo de sementes ou qualquer outra forma de ajuda comunitária.

É nesse ponto que a prática dos Fundos Solidários, enquanto uma das bandeiras da Economia Solidária, se concretiza como uma importante fonte de financiamento não apenas para novos empreendimentos de Economia Solidária, mas também para projetos comunitários, como cisternas, mutirões etc.

Essa prática é considerada eficaz para promover a inclusão produtiva da população mais pobre que não tem acesso a outras fontes de financiamento. Assim, além do financiamento propriamente dito, ao unir formação e organização coletiva com o financiamento, os Fundos Solidários se constituem como uma metodologia que contribui para o desenvolvimento local a partir do protagonismo das pessoas, das organizações e dos movimentos populares.

Essa prática vinculada às Finanças Solidárias contribui para o desenvolvimento urbano e rural, isso porque, baseados em sistemas comunitários mais estruturados para o financiamento da agricultura familiar e aquisição de novos bens, os Fundos Solidários são uma importante ferramenta de democratização das inovações. Na região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) existem diversas modalidades de Fundos: os Bancos ou Casas de Sementes, os Fundos Solidários de Fomento (que são geridos por entidades religiosas, sindicais, movimentos sociais etc.) e os Fundos Solidários de Base ou Comunitários (que servem como uma “poupança comunitária” que visa ao fortalecimento da agricultura familiar, à produção do artesanato, de ervas medicinais, além de diversos outros tipos de projetos comunitários e associativos).

Esta cartilha tem o objetivo de divulgar e socializar o histórico, a organização, a metodologia e gestão dos Fundos Solidários da

região Sul e de subsidiar os processos de formação que serão realizados a fim de divulgar e debater a importância dos Fundos Solidários para a Economia Solidária, provocando, com isso, a constituição de novos Fundos.

Quanto ao público, em um primeiro momento, esperamos trabalhar com a Economia Solidária, mas também, e principalmente, com as lideranças mobilizadoras (em comunidades e territórios) que tenham intenção de constituírem novos Fundos Solidários. Nosso intento é que este material se constitua como um instrumento de divulgação da metodologia e de reflexão sobre um dos eixos das Finanças Solidárias e, assim, possa auxiliar a dinamizar e potencializar um desenvolvimento autogestionário, solidário e sustentável para as comunidades/territórios envolvidas nesse processo.

Assim, iremos abordar os seguintes pontos: concepção de Economia Solidária e um breve relato sobre o conjunto dos instrumentos de Finanças Solidárias na região Sul: a) Cooperativismo de Crédito Solidário; b) Cooperativismo Habitacional; c) Fundos Solidários de Fomento e d) Fundos Solidários de Base ou Comunitários.

Desejamos um ótimo estudo/trabalho e que este material possa auxiliar na construção coletiva de novas práticas solidárias emancipatórias!





**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E
AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS
NA REGIÃO SUL DO BRASIL:
PRÁTICAS DE AUTOGESTÃO E
EMPODERAMENTO POPULAR**

Vamos iniciar esta conversa partindo de uma breve contextualização da sociedade de classes que se vive no Brasil (e em grande parte do mundo) e, dessa forma, vamos refletir sobre o porquê do exercício e das vivências das práticas solidárias econômicas, sociais, políticas, ambientais ou culturais.

Por capitalismo se entende o modelo de sociedade em que as relações de mercado estão acima das pessoas e de suas vidas e o que vigora é a busca pelo lucro. Nesse modelo econômico, se estimula a competição, o consumismo, o individualismo, a concentração da renda e das riquezas. Dessa forma, as relações estabelecidas são regradas segundo interesses de quem domina o mercado e detém os meios de produção, tão logo, o poder.

Observe que no sistema capitalista poucos são os donos de fábricas, de grandes propriedades, de grandes empresas. A grande maioria das pessoas é dona apenas de sua força de trabalho e a vende para garantir sua sobrevivência e a reprodução de sua família. Por essa razão, considera-se que a sociedade capitalista é dividida entre quem detém os meios de produção (minoridade) e quem vende sua força de trabalho (maioria da população), sendo ainda excludente, machista, homofóbica, social e ambientalmente insustentável.

As implicações dessa lógica para o campo brasileiro são imediatas e visíveis. Além da ampliação da concentração das terras e sua internacionalização, os impactos ambientais derivados da matriz tecnológica adotada na produção das commodities determinam a ampliação da contaminação das águas, dos solos, dos alimentos, dos trabalhadores agrícolas, camponeses(as), determinando também a redução na produção de alimentos no Brasil. Não cabe aqui ilustrar com um conjunto de estatísticas, mas basta ver a redução pela metade da área plantada de feijão

no Rio Grande do Sul ou a redução no Brasil da área plantada de arroz ou, ainda, verificar a redução do número de contratos de custeio para o plantio de arroz, mandioca, entre outros. Somado a isso, esse modelo baseado no agronegócio tem provocado a migração de muitas pessoas do campo para a cidade, especialmente de jovens e mulheres, provocando esvaziamento, envelhecimento e masculinização do meio rural.

Já nas cidades, há uma precarização do trabalho, terceirização dos serviços públicos, individualização das responsabilidades (se algo der errado a culpa é sua, mas se der certo o mérito é da empresa!), aumento da exploração das pessoas e redução dos direitos conquistados pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as).

Na contramão desse sistema capitalista, patriarcal, homofóbico e racista, se organiza a Economia Solidária como “resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as) contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modelo capitalista” (GUAYÍ, 2013, p. 4).

Sendo assim, a

[...] economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos/as os/as cidadãos/ãs, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável (BERTUCCI, Ademir; KIRSCH, Rosana, 2012, p. 7).

Segundo Eduardo Girão Santiago (2011), a Economia Solidária tem raízes profundas na Idade Média, portanto não é um fenômeno

novo. “As guildas, as confrarias e as corporações de ofícios constituíram formas remotas de organização do trabalho solidário” (SANTIAGO, Eduardo Girão, 2011). Para Durkheim (1999, p. 34), esses grupos produtivos associativos exerciam forte poder moral para inibir sentimentos egoístas e adotar uma prática ética no sentido de uma solidariedade comum para impedir que a lei do mais forte dominasse de maneira tão brutal as relações da época.

Paul Singer, militante, defensor e estudioso da Economia Solidária, diz que esse modelo econômico,

[...] surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios (SINGER, p. 13).

Portanto, esse processo contínuo de criação de trabalhadores(as) em luta contra o capitalismo pode ser considerado uma experiência ao mesmo tempo econômica e político-ideológica.

De outro lado, há uma “extraordinária variedade de organizações que compõem o campo da economia solidária” (SINGER, p. 23), o que permite formular a leitura de que “poderá se estender a todos os campos de atividade econômica” (SINGER, p. 23). Mas, para que isso se torne uma realidade, segundo o professor, é preciso garantir bases de sustentação à Economia Solidária, o que envolve fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada e apoio legal e institucional por parte dos governos. Para Singer, a construção de um setor integrado é condição essencial para evitar a degeneração ou a falência dessas iniciativas e experiências.

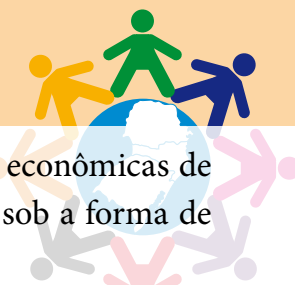
Sendo assim, em todos os sentidos pode-se considerar que essas experiências de empreendimentos solidários são inícios de “revoluções locais” (SINGER, p. 28), tanto individuais quanto sociais, pois se apoiam na colaboração e no reconhecimento social e econômico de iniciativas associativas para produzir, comercializar e consumir. Assim, possibilitam a integração entre produção, gestão e comercialização, mesmo que um coletivo não realize todas essas ações.

Destaca-se ainda que essa forma de entender e viver a economia possui como princípios a valorização do trabalho humano coletivo, a satisfação plena das necessidades de todos(as), o reconhecimento do lugar fundamental da mulher na economia, o intercâmbio respeitoso com a natureza, busca a unidade entre produção e reprodução, ainda, procura construir qualidade de vida e de consumo, por isso se consolida como um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois se apresenta como:

[...] alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todas(os), provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (GUAYÍ, 2012, p. 8).

No Brasil e em outros países da América Latina e Europa, são várias as denominações utilizadas para se referir a essas alternativas econômicas e solidárias, como, por exemplo: Economia Popular (LISBOA, 1999); Economia Solidária (FRANÇA FILHO, 2001/2002; LAVILLE, 1994); Economia Popular Solidária (GAIGER, 1999); Economia Popular e Solidária (TIRIBA, 1998); Economia dos Setores Populares (KRAYCHETE, 1999); Socioeconomia Solidária (ARRUDA, 1998); Economia de Solidariedade (GADOTTI, 1993) e Economia Social (GUELIN, 1998).

VAMOS CONHECER ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA?



Como já vimos anteriormente, a Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas de produção, prestação de serviços, comercialização, consumo finanças, organizadas sob a forma de autogestão, sendo assim, encontraremos nessas práticas os seguintes princípios:

- a. Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária diante das dificuldades.
- b. Autogestão:** exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses etc.
- c. Atividade econômica:** agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.
- d. Solidariedade:** preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos(as) participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores(as) e consumidores(as).

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.



ALGUNS EXEMPLOS DAS PRÁTICAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA



Para ficar mais claro como a Economia Solidária está no nosso dia a dia, a seguir serão descritos alguns exemplos que ajudam a conhecer e a reconhecer essas práticas:

- **Empreendimentos de Economia Solidária (EES)** são grupos produtivos ou coletivos nos quais as pessoas organizam coletivamente o trabalho, decidem juntas seu caminho, dividem os resultados sem patrão nem empregados, respeitando o meio ambiente e suas diferenças de crença, gênero, de etnia etc. Podem estar ou não formalizados em cooperativas e associações. Os empreendimentos de economia solidária podem exercer qualquer tipo de atividade econômica, no campo ou na cidade, como: catadores de materiais recicláveis, produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, confecções, artesanato, calçados, móveis, utensílios, produtos de limpeza e higiene, materiais de construção, prestação de serviços e muito mais. Também podem ser grupos minoritários organizados coletivamente, como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e portadores de necessidades especiais.
- **Empresas recuperadas autogestionárias**, quando os(as) trabalhadores(as) se organizam para manter seus postos de trabalho e a garantia de seus direitos, em situação de falência da empresa. Deixam de ser empregados(as) com patrão, para se tornarem cooperados(as), com a gestão igualitária e coletiva do trabalho.
- As **Entidades de apoio e assessoria** desenvolvem diversas ações para o apoio direto aos empreendimentos de Economia Solidária, como capacitação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito e assessoria técnica e organizativa.
- As **Redes de produção, prestação de serviços, comercialização e consumo** são experiências nas quais as pessoas se organizam para melhorar seu trabalho, realizar compras, melhorar a qualidade do produto, fazer cursos e atividades educativas. No consumo, as pessoas se unem para comprar alimentos e produtos produzidos pela própria Economia Solidária, com melhor qualidade e um valor acessível. E nas vendas se organizam para comercializar em conjunto, participar de feiras e acessar mercados justos e solidários.
- **Feiras de troca**, onde as pessoas organizam o mercado local para a circulação da produção e do consumo, com uso ou não de moeda social.

Em relação aos **instrumentos de Finanças Solidárias**, encontramos experiências organizadas, como os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, os Fundos Solidários (em suas mais diversas modalidades) e as Cooperativas de Crédito Solidário.

Politicamente, o Movimento de Economia Solidária se organiza a partir dos **fóruns** locais, regionais, estaduais e nacional. Contando com o apoio de outras redes como, por exemplo, a **Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária**. Esse movimento de pessoas, grupos, empreendimentos, entidades de apoio e universidades possui em sua compreensão e práticas a perspectiva das futuras gerações, na medida em que pensa na construção de outro mundo possível, onde as relações sociais entre as pessoas e com o ambiente sejam mais saudáveis, justas, fraternas e solidárias.



INSTRUMENTOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS PRESENTES NA REGIÃO SUL DO BRASIL



Como vimos, a Economia Solidária se constrói como um jeito novo de produzir, distribuir, consumir e se relacionar. Vem se apresentando como uma forma inovadora e alternativa de geração de trabalho, renda e novas relações sócioeconômicas. Essa prática compreende uma diversidade de atividades econômicas e sociais que são organizadas sob as formas formal e informal, de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, Finanças Solidárias, trocas, Comércio Justo e Consumo Solidário.

O movimento da Economia Solidária, de acordo com suas características de atuação e identidade política, demanda uma forma específica de gestão financeira. A esse sistema, que integra ferramentas tanto de gestão quanto de acesso democrático a recursos, chamamos de **Finanças Solidárias**. No Brasil, é nos anos de 1990 que se inicia a construção do campo das Finanças Solidárias, fundamentando suas ações na responsabilidade coletiva, no aval solidário e apontando para uma gestão social democrática e transparente dos recursos coletivos.

A título de esclarecimento, importa ressaltar que, como afirma Eger (2014), muito frequentemente os termos “*financiamento para a economia solidária*” e “*finanças solidárias*” se confundem, sendo ambos utilizados como sinônimos para a ideia de “concessão de linhas de crédito específica aos empreendimentos econômicos solidários”. Essa confusão entre os termos e conceitos aparece claramente na maioria dos debates e, por consequência, nas proposições vinculadas ao assunto. Vejamos a diferença entre os dois na sequência.

O **Financiamento para Economia Solidária** se relaciona com a necessidade de elaboração de leis que reconheçam e regulamentem as atividades realizadas pelo segmento e que garantam, dentro de suas especificidades, linhas de crédito (em bancos públicos e privados) para capital de giro, para custeio e aquisição de bens e móveis pelos empreendimentos econômicos solidários. Além disso, inclui a constituição de fundos com recursos públicos para financiar o trabalho associado.

Já as **Finanças Solidárias** se constituem em ferramentas financeiras ligadas às noções de desenvolvimento territorial, dinâmicas locais e a organização comunitária. Ou seja, as Finanças Solidárias não são apenas instrumentos que permitem a mobilização de recursos (monetários e não monetários), mas são metodologias de empoderamento financeiro *da, com e para* a Economia Solidária.

Entre seus instrumentos mais conhecidos no Brasil, encontramos as Cooperativas de Crédito Solidário, os Bancos de Desenvolvimento Comunitário e os Fundos Solidários (em suas mais diversas modalidades).

Sendo assim, as Finanças Solidárias são uma alternativa de democratização, não apenas de acesso ao crédito, mas de gestão e participação das pessoas no processo econômico, tendo ainda o po-

tencial de promover a inclusão financeira e o desenvolvimento endógeno das comunidades nos territórios.

Na região Sul do Brasil, segundo mapeamento feito nos anos de 2010 a 2012, as experiências de Finanças Solidárias se apresentam de forma diferenciada do conjunto do Brasil. Nessa região, as principais experiências se situam em três campos, sendo eles: Fundos Solidários de Fomento, Fundos Solidários Comunitários ou de Base e Cooperativas de Crédito Solidário.

Os **Fundos Solidários de Fomento** são geridos por uma entidade (religiosa, sindical, ONGs, associação, movimento etc.) que estabelece os critérios para a seleção dos projetos e grupos que serão beneficiados pelos recursos do Fundo. Esse tipo de fundo pode operar com a lógica da devolução ou não dos recursos, e o beneficiário não participa, necessariamente, da gestão, acessando, contudo, o recurso de forma solidária. São organizações formalizadas que fornecem subsídios, sejam financeiros e/ou técnicos, para que o Fundo Solidário seja criado e mantido.



Nessa modalidade, encontramos as seguintes experiências na região Sul:

- **Fundos de Entidades Religiosas:** Cáritas Regionais, Dioceses e Arquidioceses, Comissão Pastoral da Terra; Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Centros de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPAs).
- **Fundos de Associações:** União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC), Instituto Padre Josimo, Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP), Cooperativa Habitacional Central do Brasil (COOHABRAS).
- **Fundo de Movimento Social:** Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST).
- **Fundo de Sindicato:** Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre/RS.

Os **Fundos Solidários de Base ou Comunitários** se constituem em experiências onde o(a) beneficiário(a) do Fundo é também seu/sua gestor(a). Compreende organizações, normalmente informais, gestoras de Fundos Solidários. Caracterizam-se pela obrigatoriedade da devolução. Em outros termos, os Fundos de Base ou Comunitários são “poupanças” comunitárias informais geridas coletivamente para fortalecer as atividades econômicas exercidas por seus participantes. Essa poupança pode ser formada por meio de doação voluntária de recursos de cada membro participante do Fundo ou a partir de recursos externos destinados à comunidade. Funcionam como um processo pedagógico de emancipação e organização comunitária. Nessa modalidade, encontramos na região Sul o **Fundo Rotativo Solidário Bom Viver**, gerido pelo Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo/RS, constituído recentemente, em 2014.

As **Cooperativas de Crédito Solidário** se consolidam como uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas e sociais de seus (suas) cooperados(as) através de em uma organização democraticamente gerida. As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade. Ao se constituir e formalizar uma cooperativa, os(as) cooperados(as) comungam e acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante. Uma cooperativa é uma empresa de dupla natureza que contempla o lado econômico e o social de seus (suas) associados (as). O(a) cooperad(a) é ao mesmo tempo dono(a) e usuário(a) da cooperativa. Enquanto dono(a), ele(a) vai administrar a empresa, e enquanto usuário(a) ele(a) utiliza os seus serviços. Nessa modalidade, encontramos as seguintes experiências na região Sul: Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (**CRESOL**) e a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda. (**CREHNOR**).

Destaca-se que todas essas experiências têm grande importância política e pedagógica, pois adotam a autogestão, a produção coletiva e cooperativa, valorizando as ações, experiências, as relações e os saberes já existentes na comunidade, priorizando, assim, um saber emancipatório. De outro lado, exigem um olhar diferenciado tanto de quem as faz quanto de quem acessa e de quem fomenta essas práticas.





COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIO NO SUL DO BRASIL

Jalmar Mai



A criação de cooperativas de crédito rural foi motivada pela dificuldade do acesso ao crédito e a inadequação do sistema financeiro para a Agricultura Familiar e Camponesa. A primeira Cooperativa de Crédito criada no Brasil foi em 1902, em Nova Petrópolis/RS, mas somente na década de 1980 é que esses sistemas ganharam força e maior adesão.

A história do cooperativismo de crédito solidário tem a marca e foi construída por pequenos(as) agricultores(as) oriundos(as) de assentamentos da reforma agrária, agricultores(as) familiares e do movimento sindical, os quais historicamente possuíam dificuldades constantes em acessar o crédito para custeio e investimento na produção. A partir dos anos 1980, em diversas regiões do Brasil, esses atores sociais constituíram fundos rotativos de crédito, com recursos disponibilizados através de iniciativas de cooperação de organizações nacionais e, principalmente, internacionais.

O objetivo desses fundos rotativos de crédito sempre foi a disponibilização de recursos financeiros a um determinado grupo de agricultores(as) excluídos(as) do sistema financeiro formal, consolidando, dessa forma, o acesso a todos os fatores de produção. A administração desses fundos rotativos era exercida pelos(as) pequenos(as) agricultores(as) e assessorada(as) por entidades, movimentos, pastorais e sindicatos. A partir dessa experiência, com a demanda crescente e constante pelo acesso ao crédito, não atendidas mais pelos fundos rotativos, em 1995 nasceram as primeiras Cooperativas de Crédito Solidário.

As cooperativas que surgiram no norte do RS utilizam a marca CREHNOR, e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, a marca CRESOL.

POR QUE CONSTITUIR UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO SOLIDÁRIO?

Basicamente, o que se busca ao organizar ou se associar em uma cooperativa é melhorar a situação econômica de determinado grupo de indivíduos, solucionando problemas ou satisfazendo necessidades comuns, que excedam a capacidade de cada indivíduo satisfazer-se isoladamente. Sob esse aspecto, a cooperativa é um meio para que um determinado grupo de indivíduos atinja objetivos específicos, através de um acordo voluntário para a cooperação recíproca.

Os princípios que norteiam toda a ação cooperativista são:

- *Livre adesão*: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem qualquer discriminação.
- *Singularidade do voto*: “Uma pessoa, uma voto”, diz o princípio. Independentemente do número de cotas possuídas, cada cooperado ou cooperada tem direito a apenas um voto. Cada um(a) vale pelo que é, e não pelo que tem.
- *Controle democrático*: as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); e as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.
- *Neutralidade*: nenhum tipo de discriminação sexual, política, social, religiosa ou racial será aceita na cooperativa. Todos são iguais.
- *Retorno das sobras*: a cooperativa não visa ao lucro, pois sua principal missão é o benefício do(a) cooperado(a). Porém, como organização econômica, tem receita e despesas, podendo ter perdas ou sobras. As perdas poderão ser cobertas pelos(as) cooperados(as), em rateio, bem como as sobras poderão ser distribuídas.
- *Educação, formação e informação*: a realização dos princípios do cooperativismo e dos objetivos da cooperativa requer educação permanente, que as cooperativas devem prover.
- *Intercooperação*: como o cooperativismo é uma proposta social abrangente, cooperar com outras cooperativas é natural e essencial.

De acordo com o exposto acima, cooperativa de crédito solidário é uma organização financeira não bancária formada pela sociedade civil, sem fins lucrativos, que busca através da ajuda mútua uma melhor administração de seus recursos financeiros e a promoção do desenvolvimento local. Sob esse aspecto, essa união de pessoas tem como objetivo: a) viabilizar e

desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização; b) atuar no mercado gerando benefícios para os(as) cooperados(as); c) formar e capacitar seus(suas) integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.

No Brasil, as cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras (Lei n. 4.595/64). Embora sejam organizações não bancárias, seu funcionamento deve ser autorizado e regulado pelo Banco Central do Brasil. O cooperativismo possui também legislação própria, a Lei n. 5.764/71 e a Lei Complementar 130/2009. Além dessas, as cooperativas devem atender a outras legislações específicas de acordo com a atividade exercida.

Destaca-se que os(as) administradores(as) das cooperativas de crédito, da mesma forma que os bancos públicos e privados, estão expostos à Lei dos Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei n. 7.492) e, caso incorram em má gestão ou gestão temerária de instituição financeira, estão sujeitos à penalização.

As cooperativas são formadas por no mínimo 20 pessoas, em que pode participar qualquer pessoa física que não desenvolva atividades que conflitem com os interesses da cooperativa. Todos os processos de decisão e gestão em uma cooperativa de crédito se dão no âmbito da assembleia geral de cooperados(as), onde cada associado(a) representa um voto.



A assembleia geral define os destinos estratégicos da cooperativa e a sua forma de atuação. Os processos gerenciais e administrativos cotidianos são exercidos por um conselho de administração formado por no mínimo um(a) diretor(a) presidente, um(a) diretor(a) operacional e um(a) diretor(a) administrativo(a), os(as) quais são eleitos(as) pela assembleia geral. As ações de monitoria e controle do conselho de administração são garantidas pelo conselho fiscal, formado por cooperados(as) com objetivo de garantir que os direitos dos(as) cooperados(as) e as decisões da assembleia geral estejam sendo cumpridos. Os(as) conselheiros(as) da cooperativa podem ser remunerados(as), desde que os respectivos valores sejam estabelecidos pela assembleia geral.

O patrimônio ou capital de uma cooperativa é formado por quotas-partes disponibilizadas pelos(as) sócios(as) e/ou pela prestação de serviços, doações, empréstimos e processos de capitalização. Na execução de suas atividades, pode realizar todas as operações de prestação de serviços financeiros e bancários, embora não seja uma organização bancária. Além disso, pode se candidatar a empréstimos e aquisições do governo federal.

O resultado financeiro, na forma de sobras líquidas de uma cooperativa, é colocado à disposição da assembleia geral e pode ser dividido de acordo com o volume de negócios do(a) associado(a) com a cooperativa ou reinvestido na cooperativa na forma de aumento do patrimônio líquido. Pela legislação (Lei n. 5.764/71), é obrigatória a destinação de 10% das sobras para os fundos de reserva e 5% para fundos educacionais.

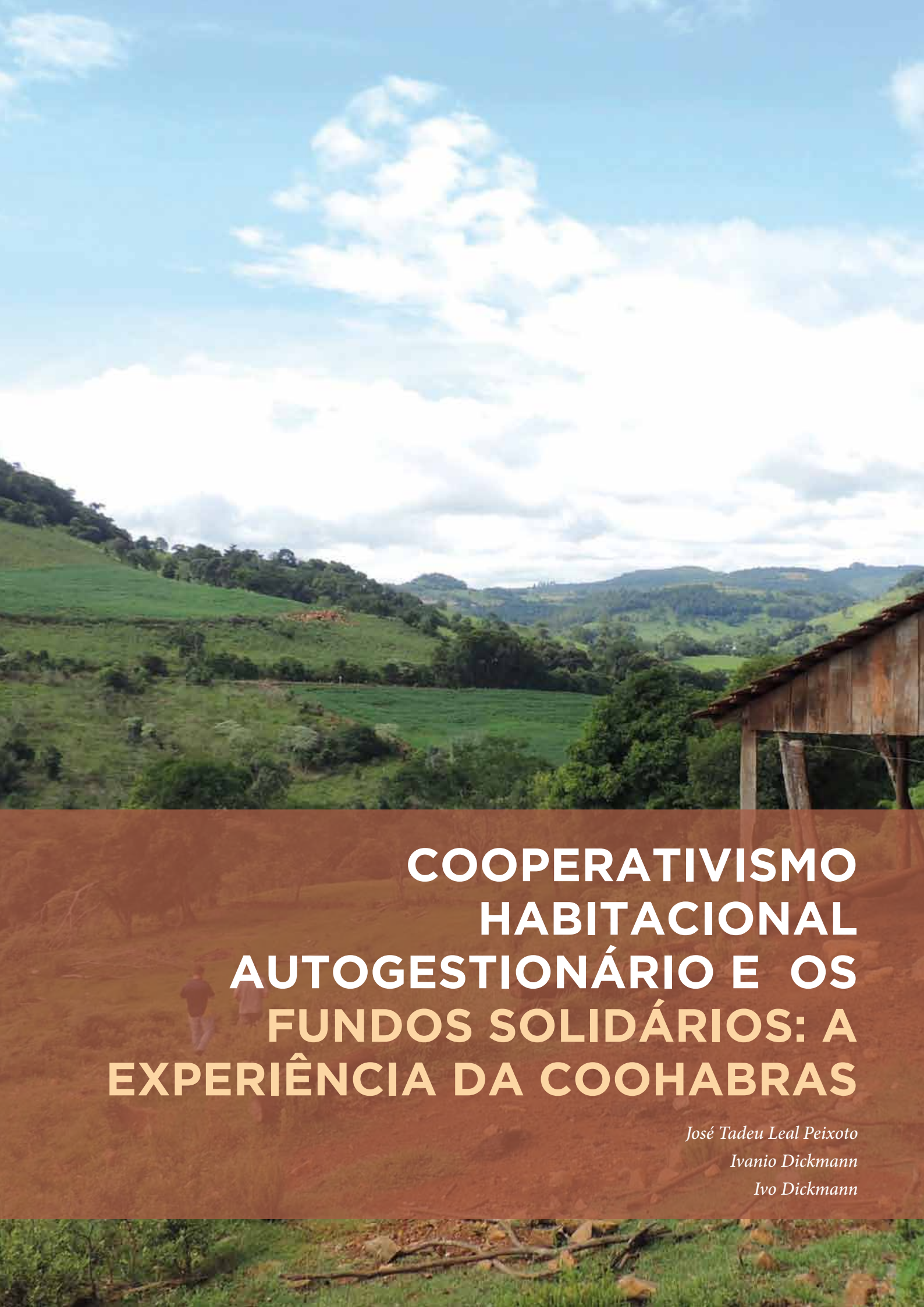




As cooperativas atuam a partir dos seguintes princípios:

- Democracia.
- Articulação com os movimentos populares.
- Gestão pelos agricultores e agricultoras familiares.
- Transparência.
- Solidariedade e cooperação.
- Sustentabilidade institucional.
- Descentralização.
- Honestidade.
- Gestão democrática com transparência e ética.
- Ser mais uma ferramenta na luta dos(as) trabalhadores(as).
- Os projetos de financiamentos devem ser vinculados à estratégia de desenvolvimento regional.
- Estimular a participação da mulher na organização e nas instâncias da cooperativa.
- Fortalecimento da educação cooperativista.
- Direção coletiva.
- As instâncias de decisão serão compostas pelos(as) associados(as) em assembleias.

Sendo assim, a partir dos princípios acima citados, é possível perceber a ligação das cooperativas de crédito solidário com a proposta da Economia Solidária, pois ambas primam pela decisão e gestão coletivas do recurso, desenvolvimento territorial, sustentabilidade e democracia. Sabe-se, no entanto, que essas experiências ainda precisam avançar em suas práticas, de forma a contribuir na construção das Finanças Solidárias da região Sul, avançando nas ações com e ao lado da Economia Solidária.



COOPERATIVISMO HABITACIONAL AUTOGESTIONÁRIO E OS FUNDOS SOLIDÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DA COOHABRAS

José Tadeu Leal Peixoto

Ivanio Dickmann

Ivo Dickmann

UM POUCO DE HISTÓRIA...



Na década de 1990, o então padre Airton Minusculi, preocupado com a falta de moradia, nos bairros de Caxias do Sul e depois Bento Gonçalves, resolveu conhecer a experiência da Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM) do Uruguai, que era uma forma diferente de organização social para a conquista da moradia, reafirmando a certeza num modelo que iria levar inúmeras famílias a percorrer o caminho da conquista da moradia através do cooperativismo.

O método é simples: as famílias se reuniam em grupos e de forma conjunta organizavam uma poupança coletiva/fundo solidário para compra de lote, discutiam coletivamente modelos construtivos e a problemática da habitação, decidiam coletivamente o modelo da moradia, realizavam compras coletivas de materiais e contratavam a mão de obra, além de participar ativamente da construção das suas casas.

Esse método resolve a problemática de como percorrer o caminho para acessar a casa própria: comprar lote, fazer o projeto arquitetônico, contratar mão de obra, comprar materiais e construir – tudo ao preço de custo, sem envolver lucro. Para dar conta desse modelo organizativo autogestionário, estabeleceu-se a dinâmica de reuniões periódicas que, de modo geral, são mensais ou quinzenais, dependendo do estágio que o grupo se encontra. A base do processo é a participação igualitária de todos os envolvidos e a autogestão. É uma operação solidária.

O PASSO A PASSO

A poupança coletiva/fundo solidário é composta por um valor definido e acordado pelo grupo e ainda ampliado com eventos promovidos pelos coletivos, como ação entre amigos, almoços, jantares, bailes e apoio de entidades ou do poder público. É em torno da constituição desse fundo que o grupo ocupa boa parte do seu tempo e em função dele que os momentos de aprendizado são construídos.

Enquanto a poupança coletiva/fundo solidário é constituída, os grupos debatem a resolução de

problemas para viabilizar legalmente essa modalidade de atuação. A formalização é feita através da constituição de cooperativas habitacionais – somente com essa finalidade na Região Serrana do RS foram constituídas mais de 30 cooperativas entre 1993 e 2010. Uma conta bancária em nome do grupo é aberta e mensalmente cada participante encarrega-se de efetuar o depósito do valor combinado. O grupo utiliza os primeiros meses de poupança coletiva/fundo solidário na formalização da cooperativa.

As discussões em torno do projeto arquitetônico envolvem o aprendizado em torno das técnicas e dos modelos construtivos para que os recursos constituídos pelo grupo possam resolver com qualidade, amplitude e estética o problema de moradia. Para isso, faz-se necessário a aproximação de profissionais de Arquitetura, Engenharia, Contabilidade e Serviço Social, entre outros.

O resultado é um processo de aprendizado mútuo, uma transição do individual para o coletivo, da força do grupo, do poder das ações coletivas em prol da maioria envolvida, o foco na mesma causa: a casa própria.

Após definir o modelo de moradia e a poupança ter saldo suficiente, passa-se para a aquisição de uma área de terra, de preferência ainda por urbanizar e, por isso, mais barata. O processo de urbanização também é financiado pela poupança coletiva/fundo solidário, e todos os detalhes envolvidos são socializados entre os participantes. Cada fase do processo desse caminho é transformada em momento de aprendizado.

A transparência na gestão desse fundo solidário é garantida na apresentação mensal em cada reunião do grupo, pelos tesoureiros(as) das cooperativas habitacionais, de todas as entradas e saídas de dinheiro da conta bancária do grupo.

A construção das casas ou sobrados é feita através da contratação de trabalhadores membros dos grupos ou pequenas empresas, além da participação dos membros do grupo que dispunham de tempo. Em alguns momentos, especialmente aos finais de semana e feriados, são realizados mutirões com a participação de todos.

Após esse longo caminho, em que o processo de constituição da poupança coletiva/fundo solidário é permeado de momentos de aprendizado a respeito de gestão, modelos e técnicas de construção e solidariedade, as pessoas envolvidas/transformadas no processo entram nas suas casas.



A COOHABRAS E A EXPANSÃO NACIONAL

A COOHABRAS, fundada em 15 novembro de 2010, é resultado desse processo de organização de famílias sem casa, na Serra Gaúcha, que através da poupança coletiva/fundos solidários iniciaram a caminhada da conquista da casa própria. Atualmente, centenas de pessoas em diversas cidades do Brasil acreditam que o cooperativismo habitacional autogestionário é uma possibilidade real para alcançar o sonho da casa própria. Isso começou durante o Fórum Social Mundial de 2010, onde algumas lideranças desse movimento foram desafiadas a difundi-lo em todo território nacional. Um grupo passou a idealizar um formato que pudesse ser apresentado para as famílias sem casa de outros lugares do país. Nasceu assim a COOHABRAS.

A COOHABRAS não modificou o modelo construído pelas cooperativas da Região Serrana do RS, apenas criou um instrumental para facilitar a organização dos grupos de cooperativados em qualquer lugar do Brasil.

A formulação do Estatuto Social da COOHABRAS foi feita de forma que não seja mais necessária a formalização de uma cooperativa para cada grupo que se organiza. Com essa ferramenta, os grupos são dispensados de contratação de serviços contábeis e jurídicos necessários para a regularização de uma cooperativa, já que ela é organizada dentro de um círculo de cooperação da COOHABRAS.

Outra ferramenta criada foi o sistema informatizado de acompanhamento dos círculos de cooperação e suas contribuições para a poupança coletiva/fundo solidário. Esse sistema possibilita que a contribuição do cooperativado seja feita através de boleto bancário, assim como o acompanhamento das contribuições seja *on-line*. Esse modelo possibilitou a ampliação da segurança do cooperativado, tanto pelo boleto, que é comprovante legal da sua participação no processo, quanto pela ampliação da transparência, através do acesso pela Internet numa área restrita específica para o cooperativado, do andamento de suas contribuições e também de seu círculo de cooperação.

O educador popular é outra novidade no modelo da COOHABRAS. Ele tem a responsabilidade de fazer a ligação entre a cooperativa e o cooperativado, além da mediação das discussões necessárias para o aprendizado do grupo até a construção de suas casas. O educador popular surge para dar conta de algumas questões que estão inerentes ao processo da Serra Gaúcha e que se tornaram avanços no projeto da COOHABRAS: 1) o aprendizado da vida coletiva e cooperativa por parte dos cooperativados através dos materiais pedagógicos; 2) o acompanhamento sistemático e a ampliação de grupos, já que é o educador popular quem divulga e faz a nucleação de novos grupos; 3) o treinamento que ele recebe da COOHABRAS para desempenhar essa função político-pedagógica; e 4) a remuneração compatível com seu desempenho.

Atualmente, a COOHABRAS organiza grupos para a constituição de poupança coletiva/fundo solidário com objetivo de construir casas em vários locais do país, com foco especial nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.



POUPANÇA COLETIVA/FUNDO SOLIDÁRIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

“As famílias organizadas em grupos pequenos [vivendo e convivendo], em muitos lugares pequenos [todo lugar onde tiver um sem casa], fazendo coisas pequenas [grandiosas], transformarão a face da Terra [em cada canto do mundo]. Assim como diz o provérbio que nos motiva na Feira Internacional da Economia Solidária, vamos, dia após dia, mudando o mundo pela ação humana solidária e organizada” (COOHABRAS – José Tadeu Leal Peixoto, Ivanio Dickmann e Ivo Dickmann).

É inerente aos processos organizativos populares um conjunto de desafios até a maturação do projeto, e com o cooperativismo habitacional ocorre da mesma maneira. Atualmente, apesar da consolidação do modelo, após muitas cooperativas já terem construído suas próprias casas na Região Serrana do RS, ainda há entraves a superar, entre eles destacam-se:

- *A descrença de que é possível com pouco dinheiro por mês a compra do lote.* Isso acontece porque cada novo grupo é como se a história se repetisse, porque são outras pessoas, outra cidade, outras dúvidas. O crescimento gradual do saldo do grupo é que vai dissipando as dúvidas e construindo a crença no projeto, todos vão percebendo que não é o valor, mas a consistência dos depósitos que leva ao objetivo.
- *A rotatividade dos recursos do fundo.* Cada grupo tem seu fundo detalhado no site da cooperativa, o que gera uma posse virtual desse valor. Não há na prática da poupança coletiva uma dinâmica de fundo rotativo. Ele é cooperativo dentro de cada grupo, mas não se faz empréstimo de um grupo para outro.
- *No tempo em que se faz a poupança coletiva, muitas pessoas acabam desistindo do grupo.* A experiência de poupar todos os meses é árdua para as famílias que não têm essa prática como hábito ou que, às vezes, não têm recursos para tal. Muitas ficam pelo caminho, por opção, porque acabam não conseguindo pagar, porque aparece um negócio de ocasião, uma oportunidade.

Porém, nem tudo é dificuldade. A consolidação do processo e os resultados práticos falam por si. As visitas *in loco* demonstram que o projeto é viável e que a superação do problema da moradia tem um método eficiente no cooperativismo habitacional. Nessa caminhada localizamos algumas perspectivas:

- A inovação que a poupança coletiva fez brotar é o Microcrédito Habitacional Solidário, oferecido como modelo de política pública de acesso ao crédito ao Governo Federal e que está em fase de construção. É um modelo de crédito habitacional sem juros para compra de lotes na dinâmica dos fundos rotativos da Economia Solidária.
- A possibilidade de rotatividade dos valores já arrecadados vai aumentando no mesmo nível que o montante do fundo vai crescendo. Ou seja, quanto maior for nossa cooperativa habitacional, maior é nossa capacidade de antecipar os valores aos grupos para a compra do lote, garantindo a permanência das famílias no grupo.
- A solução coletiva do problema coletivo de moradia é evidente no resultado das cooperativas habitacionais. Quando os cooperativados(as) conseguem se libertar da busca individual para fazer a caminhada coletiva, os novos horizontes que surgem são muito mais amplos, ou seja, casas maiores e melhores que já mereceram prêmios de “melhores práticas” da CAIXA em 2006.

É dessa forma solidária que o povo trabalhador vai se reconstruindo enquanto constrói a sua casa, fazendo o oposto do mercado, juntando gente, colocando a necessidade humana – o direito humano – acima das coisas, transformando a mercadoria em acesso pleno à casa própria, resgatando a cidadania.

O fundo rotativo exercitado no cooperativismo habitacional autogestionário é a chave econômica e política para um novo mundo possível, onde o povo organiza um novo sistema financeiro através da autogestão dos seus recursos. Compreendendo a dinâmica da economia, pode intervir de forma vital [mortal] no sistema que exclui e mitiga um direito fundamental das pessoas – a moradia digna e adequada.

As famílias organizadas em grupos pequenos [vivendo e convivendo], em muitos lugares pequenos [todo lugar onde tiver um sem casa], fazendo coisas pequenas [grandiosas], transformarão a face da Terra [em cada canto do mundo]. Assim como diz o provérbio que nos motiva na Feira Internacional da Economia Solidária, *vamos, dia após dia, mudando o mundo pela ação humana solidária e organizada.*





FUNDOS SOLIDÁRIOS: ASPECTOS HISTÓRICOS



Os Fundos Solidários se constituem enquanto “instrumentos vitais para a emancipação de trabalhadores excluídos do sistema produtivo hegemônico” (SANTIAGO, Eduardo Girão, 2011), mas agora vamos conversar um pouco sobre como essa prática surgiu e como se desenvolveu em diferentes lugares do mundo. Segundo o autor, a prática dos Fundos Solidários não é novidade nem algo recente. Há registros de experiências no século XVIII e XIX, na Inglaterra, onde através da “Lending Charity” se concedia fundos de caridade para pequenos negócios em Londres. Do mesmo modo, na Itália e Alemanha, as primeiras experiências de crédito cooperativo também datam do século XIX. Um exemplo disso é o caso de Jonathan Swift, que criou um fundo rotativo de 500 Libras para pequenos produtores que apresentavam garantia de dois vizinhos.

Inúmeras outras experiências desse tipo podem ser encontradas na Irlanda, no Canadá, nos Estados Unidos e também no Brasil, como as cooperativas de crédito que foram criadas no Rio Grande do Sul, a partir de 1902, sob a orientação do Padre Theodor Amstad e que se tornaram conhecidas como “Caixas Rurais” ou “Caixas Populares Raiffeisen”, com referência ao modelo das cooperativas de crédito da Europa.

Aqui no Brasil, a prática do Fundo Solidário tem uma história de trinta anos. Nos anos 1980, essa prática assumiu uma dimensão mais concreta junto aos movimentos sociais e às atividades comunitárias em geral. No entanto, foi a partir dos anos 1990 que entidades da cooperação internacional, como a Misereor, começaram a exigir que projetos de geração de renda financiados por elas tivessem um retorno de recursos.

Em 1993, segundo Eduardo Girão Santiago, surge o primeiro Fundo Solidário gerido pela Articulação do Semiárido (ASA), no município de Soledade, na Paraíba. Os fundos constituídos pela ASA mobilizavam – e ainda mobilizam – recursos da própria comunidade. No início eram destinados para a construção de cisternas de placas e outras estruturas comunitárias. Tinham como fundamento o compromisso de cada família em contribuir para um fundo comunitário, em pequenas parcelas, um valor equivalente aos recursos recebidos e, assim, possibilitar que outras famílias pudessem ter acesso a esse tipo de benefício.

Na década de 1990 houve um estímulo especial para implementação de pequenos projetos comunitários, e a constituição de novos Fundos Solidários recebeu apoio quando a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, liderada por Betinho, fez uma grande campanha de apoio a projetos de geração de renda. Houve, nesse momento, um aumento significativo de recursos da sociedade civil para pequenos projetos alternativos e para os Fundos Solidários. Durante a década de 1990 e início dos anos 2000, observamos, no Brasil, uma série de campanhas e ações promovida por entidades religiosas (católicas e luteranas, por exemplo), sindicatos e movimentos sociais para seguir com essa finalidade (apoio a projetos alternativos e constituição de Fundos Solidários).

A criação e atuação dos Fundos Rotativos Solidários promoveram o desenvolvimento de uma forma específica de financiamento às atividades econômicas populares, que são as **Finanças Solidárias**. E assim, propostas como as cooperativas populares de crédito, os bancos comunitários, os clubes de trocas com moedas sociais e os fundos solidários se espalharam pelo país, dando origem às práticas de fomento e constituição de mecanismos financeiros voltados aos setores populares.

Talvez, você ainda esteja se perguntando sobre a importância dessa prática...

Nós acreditamos que os Fundos Solidários possibilitam aos(as) trabalhadores(as) viverem as relações sociais de produção de uma forma distinta – adotando a autogestão, a produção coletiva e cooperativa etc. Além disso, a prática dos Fundos Solidários valoriza as estruturas, as ações, as experiências, os saberes e as relações já existentes na comunidade. Os Fundos Solidários, através desses processos de autofinanciamento, se configuram enquanto uma ação político-pedagógica de extrema importância, uma vez que priorizam o saber emancipatório.

Talvez, entre as experiências aqui denominadas de Fundos Solidários, as **Casas ou Bancos de Sementes** sejam as mais antigas. Essas Casas são organizações comunitárias que visam à autossuficiência dos agricultores e agricultoras familiares, no abastecimento de sementes de espécies crioulas, importantes para a agricultura local. Essas Casas surgiram no Brasil na década de 1970, por iniciativa da Igreja Católica, junto a diversas comunidades de vários Estados do Nordeste brasileiro. Naquela época, a população sofria tanto com as secas periódicas, que castigavam essa região do país, aumentando a fome e deixando-a em condições de extrema miséria, quanto por causa da perseguição política e repressão. Foi a partir dessa realidade que surgiu a proposta de se criar as Casas de Sementes.



PRESTE ATENÇÃO

- Fundo Solidário não é uma entidade jurídica. Ele não é inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e funciona sem intermediação de um banco ou outra instituição financeira.
- É gerenciado pelos(as) próprios(as) sócios(as), em muitos casos com a ajuda de uma entidade de apoio, sem fins lucrativos.
- As contribuições para o Fundo são voluntárias. A não adesão pode levar a pessoa a ser excluída do grupo, mas não tem como consequência a retirada de bens ou denúncia da pessoa no SPC e SERASA.
- A contribuição para o Fundo não envolve necessariamente os mesmos juros de mercado. O valor a contribuir pode ser o valor integral recebido ou somente uma parte desse valor.
- Operam com recursos diversificados (dinheiro, sementes crioulas, animais, terras, serviços etc.).
- A política das contribuições para o Fundo e da aplicação dos recursos é definida pelos próprios sócios, em muitos casos com orientação de uma entidade de apoio.
- O Fundo Solidário é para ajudar, não para lucrar. Portanto, nos critérios de desembolso sempre predomina a necessidade da pessoa (ou do grupo) e sua capacidade de devolver o recurso.
- Fundo Solidário não é simplesmente um instrumento financeiro. É uma prática que envolve, além do repasse de recursos, a organização coletiva e participação nas decisões sobre o funcionamento do fundo com formação e capacitação para os associados e gestores do fundo.
- São experiências que garantem não apenas o acesso, mas também a gestão dos recursos.



FUNDOS SOLIDÁRIOS NA REGIÃO SUL

Na **Região Sul**, a prática dos **Fundos Solidários** passou a ser problematizada por algumas entidades a partir da metade da década de 1980. Nesse momento, procurava-se por alternativas que minimizassem a pobreza e a vulnerabilidade social que não estivessem relacionadas ao modelo caritativo e assistencialista.

Foi em 1986 que a **Cáritas Regional do Rio Grande do Sul** realizou um convênio com a Misereor (Entidade Alemã) a fim de operacionalizar o que, nesse momento, era denominado de “Fundo de Miniprojetos”. Esse Fundo operava de modo a financiar atividades coletivas sem que houvesse devolução dos recursos a elas destinadas.

Nos primeiros anos da década de 1990, após um processo de avaliação, constatou-se a necessidade de solicitar a devolução aos grupos beneficiados pelo Fundo, ainda que, em um primeiro momento, ela fosse parcial. Daí surge o Fundo Rotativo Solidário – a partir da devolução dos grupos apoiados. Similarmente, em **Santa Catarina**, havia os **Miniprojetos Alternativos** (MPAs) que, a partir de 1994, passaram a constituir um Fundo Solidário com a devolução dos próprios empreendimentos apoiados.

Em 1998, na Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi aprovada a proposta de realização anual da Coleta de Solidariedade durante a Campanha da Fraternidade em todas as comunidades e paróquias do Brasil, e que do recurso arrecadado, 60% fosse para a constituição de Fundos Diocesanos de Solidariedade para apoio a projetos de desenvolvimento local, de acordo com a temática da Campanha da Fraternidade, e 40% encaminhado ao Fundo Nacional de Solidariedade.

Nesse contexto, os **Fundos Diocesanos de Solidariedade** passaram a apoiar projetos a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Na área rural, os(as) agricultores(as) familiares sempre encontraram dificuldades em obter crédito. Tendo muitas vezes encontrado como única opção o microcrédito, que configura-se como um “empréstimo muito caro” para esses(as) trabalhadores(as). Compreendendo a necessidade de crédito subsidiado para a agricultura, o **MST** constituiu, na década de 1980, um Fundo Rotativo que, sem ter o objetivo de competir com os créditos subsidiados, tornou-se uma opção complementar. Esse Fundo, no entanto, não operava com a devolução dos recursos por parte dos(as) apoiados(as), e com isso tornou-se inviável a sua continuidade.

Com uma nova configuração, o **Fundo de Crédito Rotativo do MST** surgiu com o objetivo fundamental de suprir uma demanda histórica no acesso ao crédito, apoiando primordialmente a ação econômica de grupos de mulheres e dos grupos de jovens para que possam iniciar atividades produtivas.

Os anos 2000 foi um importante momento de constituição de novos Fundos Rotativos Solidários na Região. Em 2000, a **Fundação Luterana de Diaconia (FLD)** foi criada, por decisão do Conselho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a partir do antigo Serviço de Projetos de Desenvolvimento. A FLD surgiu com objetivo de apoiar a execução de programas e projetos que promovam a qualidade de vida, cidadania e justiça social. O **Fundo de Projetos**, uma das ações da Fundação, tem parceria com o Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (sigla em alemão EED), Pão para o Mundo (PPM) e Federação Luterana Mundial (FLM).

Além do Fundo de Projetos, existe um projeto acompanhado pela Fundação Luterana na área da agroecologia: o **Centro de Apoio ao Pequeno Produtor (CAPA)**. Os CAPAs são uma forma de apoio comunitário que visa suprir necessidades



financeiras dos agricultores familiares e suas organizações. O Fundo possui um caráter pedagógico que prioriza iniciativas inovadoras, abertas, participativas, solidárias e coletivas.

Em 2003, atendendo a uma solicitação do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que à época lançava o Programa Fome Zero e fazia um apelo à solidariedade com o objetivo de destinar ajuda financeira às famílias despossuídas, os metalúrgicos gaúchos constituíram o **Fundo Fome Zero dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre**, para ser distribuído a empreendimentos solidários de geração de emprego e renda. O Fundo dos Metalúrgicos é constituído a partir da colaboração da categoria, que destina 0,08% do aumento real para esse fim.

As experiências dos Fundos Solidários indicam que eles são um instrumento importante para o fortalecimento da Economia Solidária porque:

- a. Mobilizam recursos para promover atividades produtivas.
- b. Propiciam a formação e educação para a solidariedade e desenvolvimento sustentável.
- c. Desenvolvem vínculos de confiança e de identidade de solidariedade e cooperação entre os participantes dos fundos.
- d. Promovem a sensibilização e mobilização para a organização social comunitária e para a prática de autogestão de experiências de finanças solidárias.
- e. Estimulam a perspectiva e o engajamento no desenvolvimento.
- f. Comunitário e territorial.

Em comum, as experiências acima citadas apresentam um modelo de gestão que as configura como **Fundo Solidário de Fomento**.

Em 2014, foi constituído o primeiro **Fundo Rotativo Solidário de Base** ou Comunitário na região Sul. O Fundo Rotativo Solidário Bom Viver é gerido pelo Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo/RS e tem por objetivo principal fomentar as atividades produtivas dos empreendimentos que integram o Fórum.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE UM FUNDO SOLIDÁRIO DE FOMENTO E UM FUNDO SOLIDÁRIO DE BASE?

Em termos gerais, o Fundo Solidário é uma metodologia utilizada para gerar e movimentar poupanças coletivamente. Esta experiência de gestão coletiva de recursos visa, sobretudo, apoiar as atividades produtivas de caráter associativo, com devoluções voluntárias (ou não), e podm ser gerenciado:

Essas experiências comprovam a capacidade de os Fundos Solidários chegarem até um público que tradicionalmente tem ficado à margem das políticas públicas, disponibilizando recursos e outros serviços que impulsionam a organização de atividades produtivas por parte dessa população. Cabe ressaltar ainda que as experiências de Finanças Solidárias, em toda a sua diversidade, nos remetem a princípios que consideram a sabedoria e a diversidade da cultura popular, auxiliando na construção de autonomia comunitária.

Na região Sul do Brasil, as experiências de Fundos Solidários de Base ou Comunitários acontecem de forma esparsa e bastante pontual. Por isso se entende que o grande desafio é vivenciar orga-

nizadamente e de forma qualificada os Fundos Rotativos Solidários (ou Fundos Solidários de Base), partindo da concretude das experiências dos empreendimentos econômicos solidários e comunidades que vivenciam formas de juntar recursos das próprias pessoas (em um primeiro momento) e fazem a gestão desse recurso de forma transparente, coletiva, democrática e solidária. Muitos empreendimentos econômicos solidários, por exemplo, já exercitam essa prática, fazendo “caixinhas” para passagens e custos com despesas para atividades como feiras, formação etc. Entendemos que essas práticas fortalecem a ação da Economia Solidária, pois compartilham de princípios como a solidariedade, o respeito a integralidade do ser humano, o respeito às diferenças e o trabalho coletivo responsável.

Vamos ver, com mais calma, um pouco sobre cada um desses instrumentos?

FUNDOS SOLIDÁRIOS DE FOMENTO

A ação do Fundo Diocesano de Solidariedade “precisa ter este significado: uma concretização da fé. A fé sem obras é morta. Ele é fruto de um trabalho de fé e compromisso com os irmãos” (FDS Passo Fundo – Padre Ladir Casagrande).

Esses Fundos são geridos por entidades e organizações formalizadas que apoiam pequenos projetos produtivos associativos e comunitários. Trata-se, normalmente, de organizações de **apoio e fomento** que fornecem subsídios, sejam financeiros ou técnicos, para a produção e organização de grupos e empreendimentos econômicos solidários. E, por outro lado, é através do Fundo Solidário que a entidade apoia financeira e tecnicamente os Empreendimentos Econômicos Solidários e outros projetos de caráter comunitário.

Por um lado, cabe aos Fundos Solidários fazer a captação de recursos que, normalmente, são fruto de doações, gerir esses recursos através de um conselho gestor e acompanhar os grupos beneficiados. Sendo que ao conselho gestor cabe ainda a formulação das regras de funcionamento do Fundo e a análise de projetos e solicitações de empréstimos. Por outro lado, os grupos e empreendimentos econômicos solidários devem apresentar suas demandas às entidades através de projetos e, após serem beneficiados pelos recursos do Fundo, devem prestar contas do recurso recebido.

Nessa modalidade de Fundos, o beneficiário não participa, necessariamente, da gestão, apenas acessa o recurso de forma solidária. Cabe ainda lembrar que nem todos os Fundos Solidários de Fomento operam com a dinâmica da devolução por parte dos grupos apoiados.

Como exemplos de Fundos Solidários de Fomento presentes na região Sul, é possível citar: Fundos Solidários constituídos a partir dos Bazares da Receita Federal em Santa Catarina, Fundos Diocesanos e Arquidiocesanos de Solidariedade, Fundo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, Fundo da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Fundo de Crédito Rotativo gerido pelo MST, CETAP, que apoia a constituição de Casas e Bancos de Sementes Crioulas, entre outros.

Em termos gerais, o funcionamento de um Fundo Solidário de Fomento é assim:



*Quando há devolução, o recurso volta a capitalizar o Fundo, que o utiliza para beneficiar outros grupos e projetos.



FUNDOS SOLIDÁRIOS DE BASE OU COMUNITÁRIOS

Quando uma família adquire um benefício, assume a responsabilidade de contribuir mais adiante com a poupança devolvendo o valor do bem recebido para que ela ou outra família possa ser beneficiada novamente. Dessa forma, o fundo nunca fica vazio (Cordel do Fundo Solidário, 2011, p. 13).

Esses Fundos Solidários são geridos por organizações, normalmente, informais. Caracterizam-se, sobretudo, pela obrigatoriedade de devolução por parte dos grupos e indivíduos beneficiados, sendo, por isso, chamados de Fundos Rotativos Solidários. Nessa modalidade de Fundo Solidário, os associados fazem a gestão e se beneficiam mutuamente com os recursos mobilizados coletivamente. Ou seja, nos Fundos Rotativos Solidários, o beneficiário é também o gestor.

Dito de outra forma, são “poupanças” comunitárias informais geridas coletivamente para fortalecer as atividades econômicas exercidas por seus participantes. Essa poupança pode ser formada por meio de doação voluntária de recursos de cada membro participante do Fundo ou a partir de recursos externos destinados à comunidade. Funcionam como um processo pedagógico de emancipação e organização comunitária.

Poderia assim se dizer que os Fundos Rotativos Solidários geridos por grupos são instrumentos das finanças solidárias direcionados às comunidades, que “em tese praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária” (GUSSI *et al.*, 2011, p. 78). A comunidade ou grupo é o local onde se decide coletivamente as regras e, na maioria das vezes, se opta em reinvestir em prol da própria comunidade ou grupo, baseando-se na cooperação dos atores envolvidos, a

partir dos laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade entre eles(as) estabelecidos(as).

Em seu desenho e metodologia, o papel atribuído aos Fundos não é de prover o crédito, segundo uma lógica financeira tradicional e/ou segundo uma lógica clientelista, mas, sim, viabilizar a emancipação das comunidades a partir da lógica da solidariedade.

Assim, podemos afirmar que os Fundos Solidários de Base ou Comunitários atuam como instrumentos de fomento à produção, cooperação e autonomia de grupos e comunidades, baseando-se em práticas autogestionárias e democráticas e se configurando em instrumentos vitais de emancipação de trabalhadores(as) excluídos(as) do sistema produtivo hegemônico.

Como exemplo, é possível citar o Fundo Rotativo Solidário Bom Viver, gerido pelo Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Esse Fundo tem o objetivo de fomentar as ações produtivas dos empreendimentos que integram o Fórum.

Em termos gerais, o funcionamento de um Fundo Solidário de Base ou Comunitário é assim:



RESUMINDO...

“A gente faz o da gente, pensando no outro” –(Cordel dos Fundos Solidários).

A cartilha *Fundos Solidários da Região Sul: histórico, organização e gestão* apresentou um conjunto de informações que corresponde à dinâmica das Finanças Solidárias da região Sul do Brasil. Abordou os seguintes temas de forma introdutória: Economia Solidária e Finanças Solidárias. Posteriormente, abordou-se sobre as Cooperativas de Crédito Solidário, Cooperativa Habitacional, Fundos de Fomento e Fundos de Base ou Comunitário, pois estas são as experiências que foram, ao longo de 30 anos, sendo construídas nessa região.

O principal objetivo de produzir um material com essas características é sistematizar o conjunto das experiências de Finanças Solidárias que se consolidaram na região Sul do Brasil, ao mesmo tempo em que faz-se necessário visibilizar essas iniciativas.

O desafio que se coloca é ir, cada vez mais, conduzindo o diálogo das Finanças Solidárias e da Economia Solidária atrelado à construção de um projeto popular para o Brasil, numa perspectiva emancipatória, coerente, solidária, justa e fraterna.

REFERÊNCIAS

- ACKERMANN, Luciana. Além do capitalismo. **Caros Amigos**, Ano XVII, n. 204, 2014.
- BEGHIN, Nathalie. Notas sobre a desigualdade e a pobreza no Brasil: situação atual e desafios. In: GREEN, Duncan. **Da pobreza ao poder**. Como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p. 590-603.
- BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto M. **Vinte anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira – dos PAC à EPS. Brasília, Cáritas Brasileira, 2003.
- _____; KIRSCH, Rosana. **Economia Solidária**: documentos, trajetórias e organização do movimento. Brasília: Ideograf, 2012.
- DICKMANN, Ivanio (Org.). **Construindo cidadania**: cooperativas de habitação, política pública e Educação Popular. 2. ed. Passo Fundo: Battistel, 2011.
- _____; DICKMANN, Ivo (Orgs.). **Cooperativas habitacionais autogestionárias**: construindo casas, transformando vidas. Bento Gonçalves: Ação Cultural, 2014.
- _____; _____. **Vivendo em cooperativa**. São Paulo: COOHABRAS, 2011.
- DICKMANN, Ivo *et al.* **Cooperativa de habitação e educação popular**. São Paulo: COOHABRAS, 2011.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EGER, Talita Jabs. A questão do crédito e o crédito como questão: finanças solidárias e financiamento para a economia solidária. **Vento Sul**, CAMP, 2014.
- FILHO, Clarício dos Santos. **Fundos Rotativos Solidários**: dilemas, avanços e esperanças de uma política pública inclusiva nos marcos da economia solidária no Nordeste do Brasil. Paraíba, janeiro de 2010.
- FILHO, Genauto Carvalho de França. Contexto de crescimento econômico e economia solidária: qual a relação? **Cartilha Brasil Local**: desenvolvimento e economia solidária, p. 14-6.
- FREIRE, Marusa Vasconcelos. **II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira**. Brasília/DF, novembro de 2010.
- GUAYÍ. **Economia solidária e economia feminista**. Democracia, participação e solidariedade. Porto Alegre, maio de 2013.
- GUSSI, Alcides; FILHO, Clarício dos Santos; ALMEIDA, Gláucia Furtado Brasil de. A experiência de fomento público a fundos rotativos solidários no nordeste: o caso da Rede Bodega. In: VII ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO NÚCLEO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (NESOL). **Anais...** Universidade de São Paulo, novembro de 2011.
- HECK, Selvino. **Fundos solidários/rotativos**: apoio a projetos produtivos solidários.
- Material de divulgação da Rede de Fundos Solidários/RS, Cáritas Brasileira Regional do RS.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Informe sobre emprego no mundo**. Brasília, 2006.
- PAIVA, V. R. A. de. **Mulheres, trabalho e cidadania**: a construção de significados numa lógica solidária de inclusão – a experiência da incubadora feminina da associação de moradores do Conjunto Palmeiras. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2006.
- PAULI, Jandir. **O poder nas redes de Economia Solidária**. 2005. (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- SANTIAGO, Carlos Eduardo. **Fundos Solidários**: instrumentos para o desenvolvimento territorial solidário.

SANTIAGO, Eduardo Girão. **Os Fundos Rotativos Solidários**: novas utopias socialistas para o mundo do trabalho em transformação? Maranhão (Jornada Internacional de Políticas Públicas), agosto de 2011.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**: um modo de produção e distribuição.

CADERNOS E CARTILHAS

Caderno 1. **Fundos Solidários**: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais (Mobilização em prol de uma Política Pública de apoio a fundos solidários). Fundação Grupo Esquel Brasil.

Caderno 2. **Fundos Solidários**: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais (Experiências de Fundos Solidários). Fundação Grupo Esquel Brasil.

Cartilha “**O Brasil está nu! O avanço de monocultura da soja, o grão que cresceu demais**”. FASE (Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional), 2006.

Cartilha “**Outra economia em nossas mãos**: gestão e viabilidade econômica”. Cáritas Regional Santa Catarina, 2011.

Cartilha “**Sistematização de experiências da Economia Solidária. Referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização**”. Brasil Local e Centro de Formação em Economia Solidária/Brasil.

Cartilha “**Brasil Local**: desenvolvimento e Economia Solidária”. 2012.

Cartilha “**CAMP**: saiba mais sobre Economia Solidária”. 2006.

Cartilha “**Fundo Diocesano de Solidariedade de Ponta Grossa/Paraná**”.

Cartilha “**Fundo Rotativo Solidário de Macaíba**”. Centro de estudos, pesquisas e ação cidadã.

Cartilha “**Fundos Solidários**: contribuição sobre histórico, constituição e gestão”. Porto Alegre: agosto de 2012.

Cordel do Fundo Solidário: gerando riquezas e saberes. Paraíba: 2011.

QUER SABER MAIS SOBRE O ASSUNTO?

CONFIRA ESTAS DICAS:

Vídeos e documentários

- A origem das coisas.
- Ilha das Flores.
- O veneno está na mesa 1 e 2.
- Quanto vale ou é por quilo?
- Distrito 9.
- Tempos modernos, Charlie Chaplin.
- Mississippi em chamas.
- 19 anos de escravidão.
- Cordel do Fundo Solidário.
- Fundos Solidários na Região Sul: Fortalecendo a Organização Popular.



REALIZAÇÃO



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

